

Aspectos gerais da intervenção ambiental em imóveis rurais

Instituto Estadual de Florestas – IEF
Núcleo de Regularização e Controle Ambiental – NUREG Unidade
Regional de Florestas e Biodiversidade - URFBio Centro Oeste
Júlia Maria Teixeira

Intervenções ambientais - conceito



Fonte: César Araújo

“Qualquer intervenção sobre a cobertura vegetal nativa ou sobre área de uso restrito, ainda que não implique em supressão de vegetação”

(Decreto 47.749/19, art. 2º, inciso X)

✓ Competências municipais e estaduais para análise de IA

- **IEF:** LAS e não passíveis de licença ambiental
- **SUPRAM/SUPPRI:** LAC e LAT
- **Municípios:**
 - I – em área urbana, quando não vinculada ao licenciamento ambiental de competência dos demais entes federativos;
 - II – quando vinculada ao licenciamento ambiental municipal, excetuadas as previsões da legislação especial;
 - III – no Bioma Mata Atlântica, em área urbana, a vegetação secundária em estágio médio de regeneração, nos casos de utilidade pública e interesse social, mediante anuência do órgão estadual competente.

Procedimentos Estaduais para Autorização para intervenção ambiental

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/IEF Nº 3.102, DE 26 DE OUTUBRO DE 2021.

Dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

(Publicação – Diário do Executivo – “Minas Gerais” – 04/11/2021)

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A DIRETORA-GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS, no uso de suas atribuições que lhes conferem o inciso III do §1º do art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais e o inciso I do art. 14 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, respectivamente, e tendo em vista o disposto na Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, na Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, e nos arts. 20, 22, 73 e 128 do Decreto nº 47.749, de 11 de novembro de 2019, [\[1\]](#) [\[2\]](#) [\[3\]](#) [\[4\]](#) [\[5\]](#)

RESOLVEM:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º –Esta resolução conjunta tem como objetivo definir a documentação e os estudos técnicos necessários à instrução dos processos de requerimento de autorização para intervenções ambientais ao órgão ambiental estadual competente, as diretrizes de análise desses processos, e regulamentar os arts. 22 e 73 do Decreto nº 47.749, de 11 de novembro de 2019.

Art. 2º – Os requerimentos de autorização para intervenção ambiental, estabelecidos no art. 3º do Decreto nº 47.749, de 2019, serão dirigidos:

I – ao Instituto Estadual de Florestas – IEF –, por intermédio da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade –URFBio– em cuja área de atuação se situar o empreendimento ou atividade quando:

a) sujeito a Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS;

b) não passível de licenciamento ambiental; ou

c) localizado em unidade de conservação de proteção integral instituída pelo Estado ou em Reserva Particular do Patrimônio Natural –RPPNs– por ele reconhecida.

Procedimentos Estaduais para Autorização para intervenção ambiental

Autorização para Intervenção Ambiental

Sistema Nacional de
Controle da Origem dos
Produtos Florestais –
Sinaflor

Sistema de Decisões dos
Processos de Intervenção
Ambiental

Competências municipais
para autorizar intervenções
Ambientais

SEMAD IEF IGAM FEAM

Acessibilidade

Você está em: [Início](#) » [Autorização para Intervenção Ambiental](#)

Autorização para Intervenção Ambiental

Última atualização (Ter, 24 de Agosto de 2021 16:52)

Intervenção ambiental é conceituada como qualquer intervenção sobre a cobertura vegetal nativa ou sobre área de uso restrito, ainda que não implique em supressão de vegetação.

Em Minas Gerais, são consideradas intervenções ambientais passíveis de autorização as seguintes:

- I – supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo;
- II – intervenção, com ou sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;

Para orientações sobre compensações por intervenções ambientais - [Clique aqui](#)

Para obter orientações para Autorização Simplificada para corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas - [Clique aqui](#)

Para obter orientações para Simples Declaração - [Clique aqui](#)

Para mais informações sobre a Guia de Controle Ambiental eletrônica (GCA-e) - [Clique aqui](#)

Para obter orientações sobre Queima Controlada - [Clique aqui](#)

<http://www.ief.mg.gov.br/autorizacao-para-intervencao-ambiental>

✓ Intervenções passíveis de autorização

- I – supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo;
- II – intervenção, com ou sem supressão de cobertura vegetal nativa, em APP;
- III – supressão de sub-bosque nativo, em áreas com florestas plantadas;
- IV – manejo sustentável;
- V – destoca em área remanescente de supressão de vegetação nativa;
- VI – corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas;
- VII – aproveitamento de material lenhoso.

✓ Prazo de validade

- IA desvinculadas do licenciamento: 3 anos prorrogável por igual período;
- IA vinculadas ao licenciamento: prazo de validade da licença;
- Possibilidade a prorrogação de IA vinculada à LAC e LAT na LO e nas renovações:
 - deverá ser solicitada conjuntamente à licença ambiental subsequente ou na renovação da licença vigente, concomitante ou trifásica;
 - somente serão passíveis de prorrogação as autorizações vigentes no momento da solicitação.
- Desnecessidade de renovação de autorizações para intervenção em APP.

✓ Formalização/análise de requerimentos IA

- Recolhimento de Taxa de Expediente e Taxa Florestal na formalização do Processo de IA;
- Prazos de informação complementar de 60 dias prorrogáveis por igual período;
- Prazo máximo de análise de 6 meses para IA não passível de licença ou vinculada a LAS;

✓ Aproveitamento do produto florestal

- Exige o aproveitamento socioeconômico e **ambiental** do produto florestal cortado, colhido ou extraído conforme Lei 20.922/20013;
- Regulamenta as formas de destinação:
 - Na propriedade na qual ocorreu a supressão, admitida a **incorporação no solo**;
 - Como comercialização de produtos e subprodutos a terceiros;
 - Como doação de produtos e subprodutos a terceiros.
- Proíbe o carvoejamento e a incorporação no solo de espécies de uso nobre.

✓ Simples declaração

- Regulamentada a simples declaração para atividades de baixo impacto realizadas na pequena propriedade rural, inclusive em RL e APP;
- Até 4 módulos fiscais;
- Formulário disponível no SEI.

✓ Intervenção emergencial

- Realiza a intervenção, depois comunica e regulariza;
 - Prazo para formalização do processo de regularização: 90 dias.
- Consideram-se casos emergenciais o risco iminente de degradação ambiental, especialmente da flora e fauna, bem como da integridade física de pessoas e aqueles que possam comprometer os serviços públicos de abastecimento, saneamento, infraestrutura de transporte e de energia.

✓ Regularização corretiva

Condições para regularização:

- Possibilidade de inferir a tipologia vegetacional existente originalmente na área suprimida;
- Inexistência de restrição legal ao uso alternativo do solo na área suprimida;
- Recolhimento, pelo infrator, da reposição florestal, da taxa florestal e das compensações ambientais previstas na legislação ambiental vigente.



Fonte: uploaded by [Julien Marius Reis Thevenin](#)

I - SUPRESSÃO DE COBERTURA VEGETAL NATIVA, PARA USO ALTERNATIVO DO SOLO

Supressão de fragmento florestal ou maciço florestal de vegetação nativa

Um **fragmento florestal** pode ser definido como uma área de vegetação natural interrompida por barreiras antrópicas ou naturais (ex.: estradas, povoados, culturas agrícolas e **florestais**, pastagens, montanhas, lagos, represas) capazes de diminuir significativamente o fluxo de animais, pólen e, ou, sementes (VIANA, 1990).

USO ALTERNATIVO DO SOLO

Substituição de vegetação nativa e
formações sucessoras naturais por outras
coberturas do solo



Fonte: ciorganicos.com.br



Fonte: bancodeterrenos.net



Fonte: G1 – globo.com



Foto: Bernadete Amado

Fonte: DER MG



Critérios para alteração do uso do solo em imóvel rural



Critérios para alteração do uso do solo em imóvel rural



Área de
Reserva
Legal

- ☐ A regularidade da Reserva Legal é critério para autorização da supressão de vegetação nativa;
- ☐ Há análise da localização, condição, tamanho da mesma;
- ☐ Regra geral: não inferior a 20% dentro do imóvel rural;
- ☐ Não pode em APP;
- ☐ Perda do benefício do art. 40 da Lei 20.922/13 (RL menor para pequeno produtor)

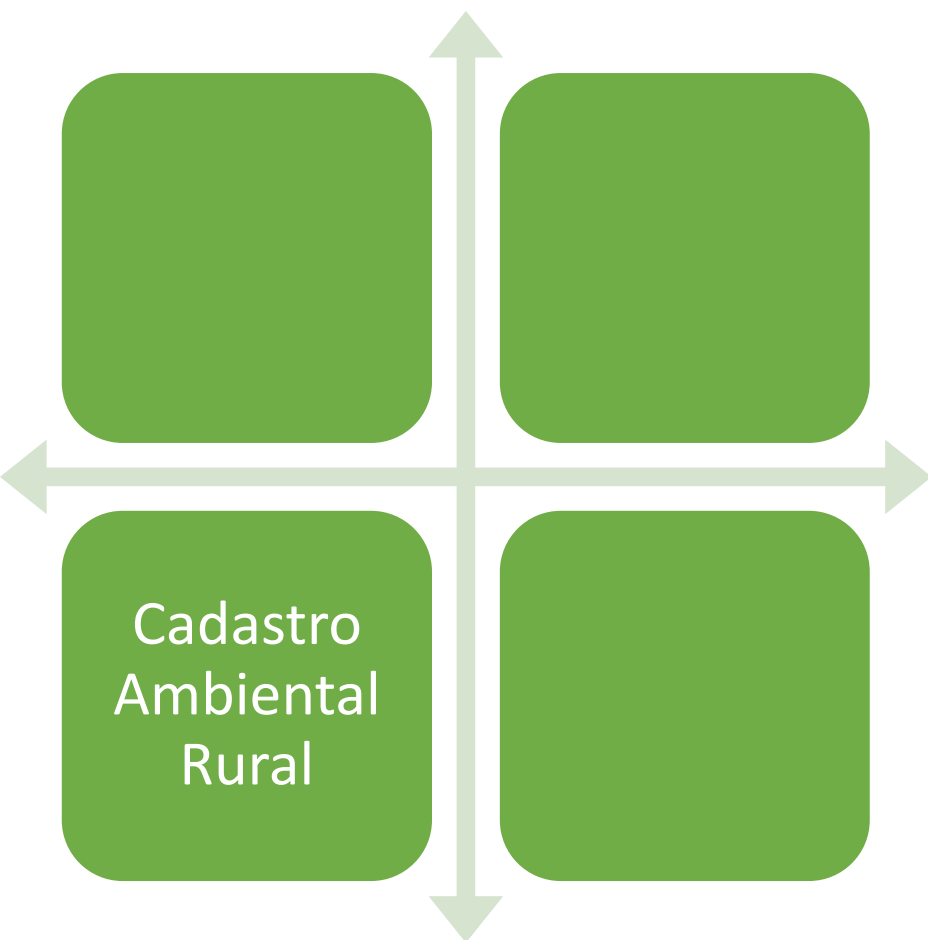
Critérios para alteração do uso do solo em imóvel rural



Área de
Preservação
Permanente

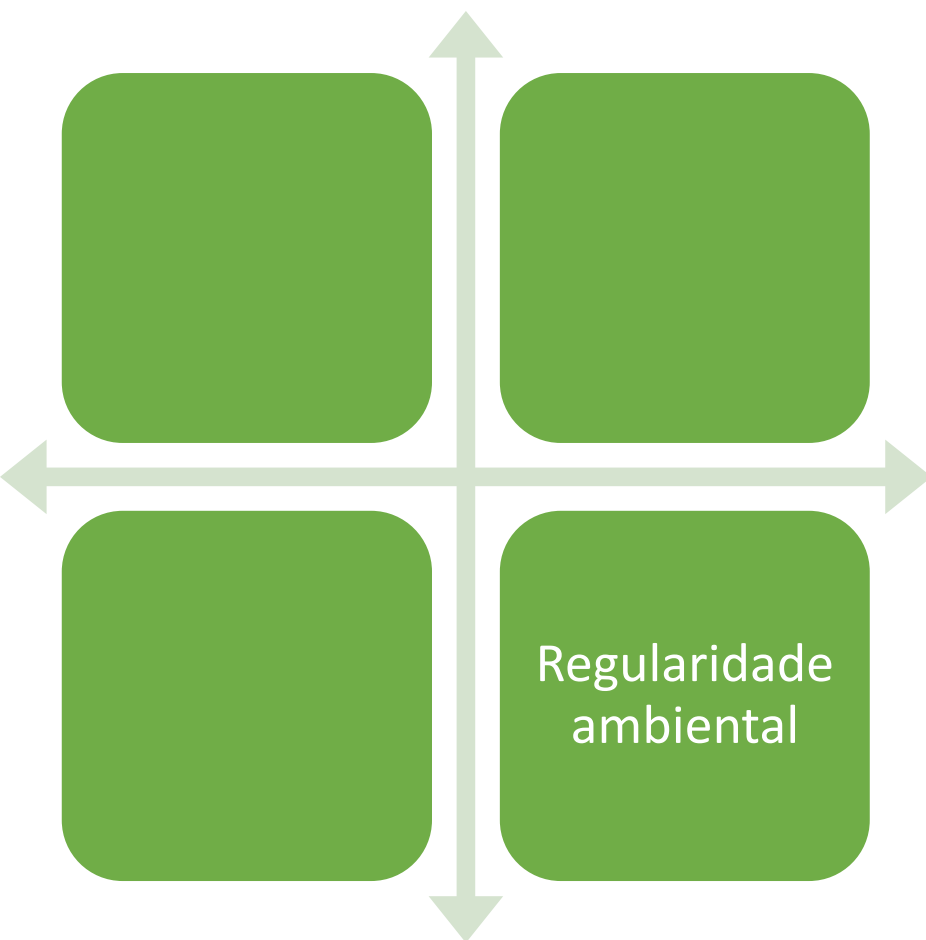
- ☐ Fundamental possuir as APPs preservadas;
- ☐ Não é admitida sobreposição de RL com APP;
- ☐ Não se beneficia do art. 16 da Lei 20.922/13 (APP em escadinha);
- ☐ Não pode ter ocorrido intervenção irregular em APP

Critérios para alteração do uso do solo em imóvel rural



- ☐ Obrigatório para todos os imóveis rurais;
- ☐ Devem estar cadastradas as áreas de reserva legal e APP;
- ☐ Adesão ao PRA (opcional)

Critérios para alteração do uso do solo em imóvel rural



- ☐ Engloba também RL e APP;
- ☐ Compensações ambientais;
- ☐ Cumprimento de outras obrigações previamente acordadas;
- ☐ Não possuir área abandonada ou subutilizada;
- ☐ Legislação ambiental específica.

INTERVENÇÃO COM SUPRESSÃO DE MACIÇO FLORESTAL DE VEGETAÇÃO NATIVA NO BIOMA MATA ATLÂNTICA

Conceito

A Mata Atlântica é formada por um conjunto de formações florestais (Florestas: Ombrófila Densa, Ombrófila Mista, Estacional Semidecidual, Estacional Decidual e Ombrófila Aberta) e ecossistemas associados como as restingas, manguezais e campos de altitude, etc.



Legislação de Referência

- Lei Federal nº 11.428/2006
- Decreto Federal nº 6.660/2008

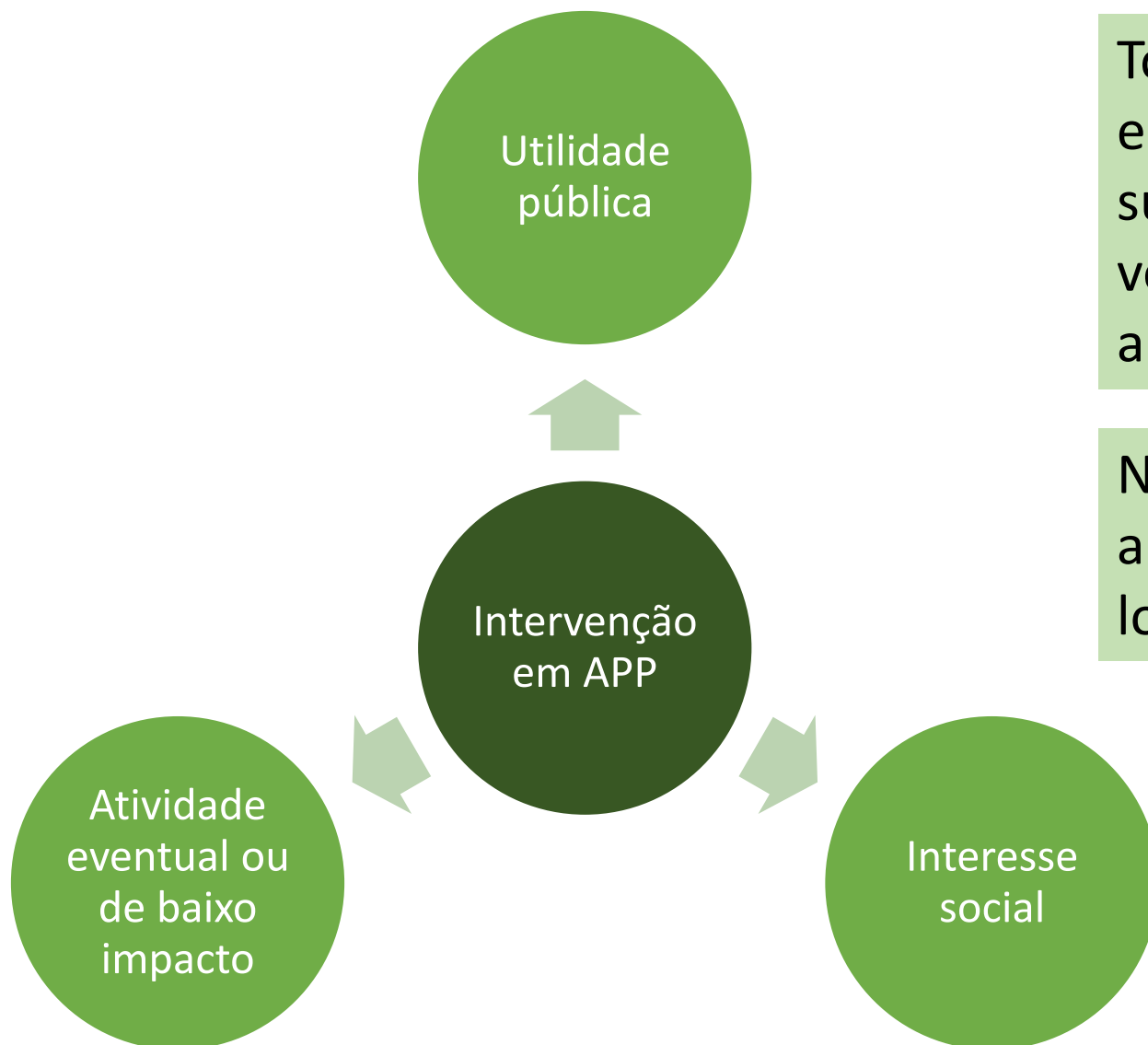
II - INTERVENÇÃO, COM OU SEM SUPRESSÃO DE COBERTURA VEGETAL NATIVA, EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP

Conceito

APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.



Fonte: ciflorestas.com.br



Todas as intervenções em APP, com ou sem supressão de vegetação, devem ser autorizadas

Não deve haver alternativa técnica ou locacional

DN COPAM nº 236, de 02 de dezembro de 2020

Art. 1º – Ficam estabelecidas as seguintes atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental para fins de intervenção em área de preservação permanente:

I – sistemas de tratamento de efluentes sanitários em moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais, desde que não haja supressão de fragmento de vegetação nativa;



DN COPAM nº 236, de 02 de dezembro de 2020

II – açudes e barragens de acumulação de água fluvial para usos múltiplos, com até 10 ha (dez hectares) de área inundada, desde que não haja supressão de fragmento de vegetação nativa;

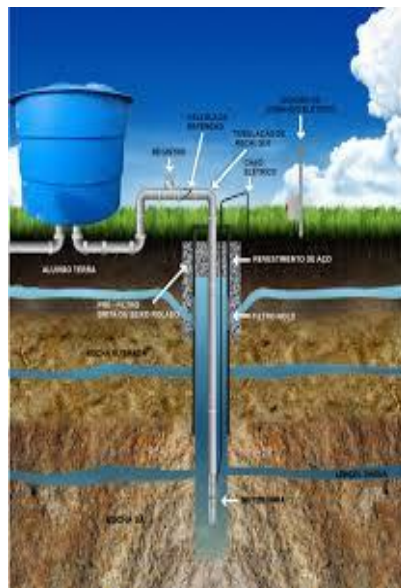


Foto: IvanRW

FONTE: <https://www.cpt.com.br/>

DN COPAM nº 236, de 02 de dezembro de 2020

III – poços manuais ou tubulares para captação de água subterrânea, com laje sanitária de até 4m² (quatro metros quadrados), desde que obtida a autorização para perfuração quando couber, e que não haja supressão de fragmento de vegetação nativa, inclusive para abertura de estradas de acesso;



FONTE: aguapocos.com.br

DN COPAM nº 236, de 02 de dezembro de 2020

IV – dispositivo de até 6m² (seis metros quadrados), em área de preservação permanente de nascentes degradadas, para proteção, recuperação das funções ecossistêmicas, captação de água para atendimento das atividades agrossilvipastoris e das necessidades das unidades familiares rurais;



FONTE: acervodigital.ufpr.br



FONTE: muraldooeste.com

DN COPAM nº 236, de 02 de dezembro de 2020

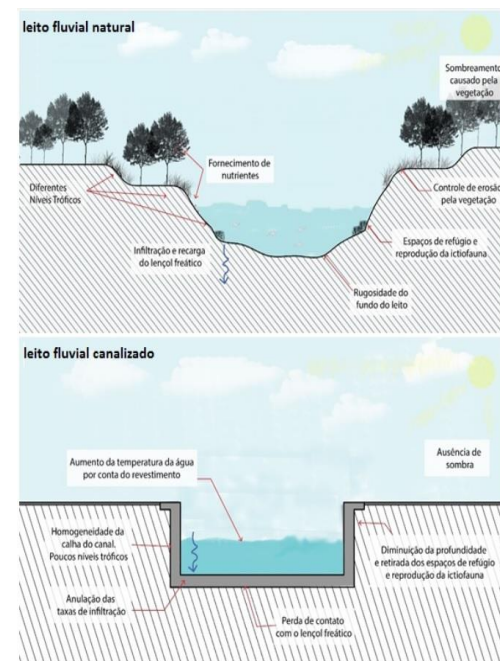
V – estrutura para captação de água em nascentes, visando sua proteção e utilização como fontanário público, localizadas em área urbana detentora de iluminação pública, solução para esgotamento sanitário, sistema de abastecimento de água e drenagem pluvial;



FONTE:kekanto.com.br

DN COPAM nº 236, de 02 de dezembro de 2020

VI – pequenas retificações e desvios de cursos d'água, em no máximo 100m (cem metros) de extensão, e reconformações de margens de cursos d'água, em áreas antropizadas privadas, visando a contenção de processos erosivos, segurança de edificações e benfeitorias;

FONTE: <https://www.sinageo.org.br/>

DN COPAM nº 236, de 02 de dezembro de 2020

VII – travessias, bueiros e obras de arte, como pontes, limitados a largura máxima de 8m (oito metros), alas ou cortinas de contenção e tubulações, em áreas privadas;



FONTE: <https://www.maquinadeaprovacao.com.br/>

DN COPAM nº 236, de 02 de dezembro de 2020

VIII – rampas de lançamento, piers e pequenos ancoradouros para barcos e pequenas estruturas de apoio, com ou sem cobertura, limitados a largura máxima de 12m (doze metros), desde que não haja supressão de fragmento de vegetação nativa;



DN COPAM nº 236, de 02 de dezembro de 2020

IX – edificações em lotes urbanos aprovados até 22 de julho de 2008, devidamente registrados no Cartório de Registros de Imóveis, desde que situados às margens de vias públicas dotadas de pavimentação, iluminação pública, solução para esgotamento sanitário, sistema de abastecimento de água e drenagem pluvial;



FONTE: <https://www.portal27.com.br/>

DN COPAM nº 236, de 02 de dezembro de 2020

X – rampas para voo livre e monumentos culturais e religiosos nas áreas de preservação permanente a que se referem os incisos V, VI, VII e VIII do art. 9º da Lei nº 20.922 de 16 de outubro de 2013, limitados a 5.000m² (cinco mil metros quadrados), incluídas as infraestruturas de apoio, desde que não haja supressão de maciço florestal.



FONTE: <http://www.guia4ventos.com.br/rampas-do-brasil/>



FONTE: tvminas.com

III - SUPRESSÃO DE SUB-BOSQUE NATIVO, EM ÁREAS COM FLORESTAS PLANTADAS

Interpretação dos propósitos dos dois parágrafos:

- Se razão entre o volume de madeira de floresta plantada e o de vegetação nativa do sub-bosque for maior que 5:1, a supressão não é passível de autorização, ou seja, a supressão é dispensada de autorização.

Parágrafo 1º define que, se a razão entre o volume de madeira de floresta plantada e o de vegetação nativa do sub-bosque é igual ou menor que 5:1, a supressão do sub-bosque é passível de autorização.

Neste caso a supressão de sub-bosque poderá ser feita mediante a obtenção de DAIA.

Parágrafo 2º define que, se a área basal da vegetação nativa do sub-bosque for superior a 10 m²/ha, a supressão do sub-bosque não pode ser autorizada para o bioma Mata Atlântica.

Neste caso a colheita da floresta plantada somente poderá ser feita na forma de manejo sustentável.



Sub-bosque não passível de autorização



Sub-bosque passível de autorização



Sub-bosque impedido de autorização

☐ O controle da origem da madeira e do carvão é de competência Estadual.

IV - MANEJO SUSTENTÁVEL

VII – manejo sustentável a administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços;

IV - MANEJO SUSTENTÁVEL

- ☐ Apesar de ser considerado uma Intervenção ambiental passível de autorização, não é considerada como Supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo.
- ☐ É admitida pela Lei nº 20.922/2013 em APP e Reserva Legal, podendo também ser aplicável em áreas comuns cobertas por fragmentos florestais de vegetação nativa.
- ☐ Apesar de não ser vedada a autorização municipal para esta modalidade, é uma atividade típica de controle de origem da madeira, cuja competência é do órgão ambiental Estadual.



V - DESTOCA EM ÁREA REMANESCENTE DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA

- ❑ Caso a autorização para supressão de vegetação nativa inicial não tenha contemplado a destoca da área, deve ser formalizado novo processo para fins de apuração do rendimento lenhoso originado da destoca.
- ❑ Necessário para certificação da origem deste produto florestal.
- ❑ Normalmente, a autorização para supressão de vegetação nativa já prevê o volume de destoca, mas pode ocorrer de não ter sido previsto.

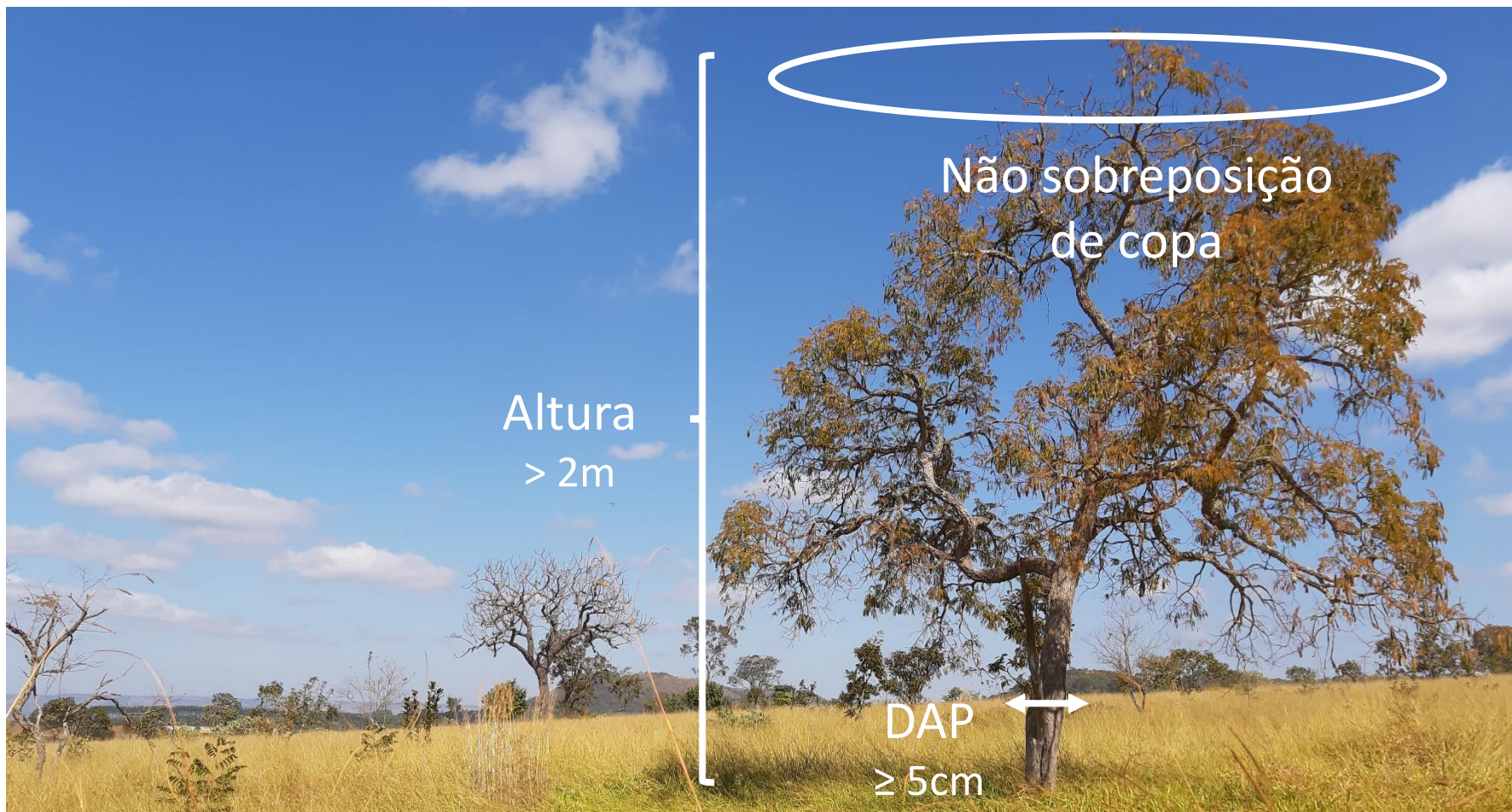
VI – CORTE OU APROVEITAMENTO DE ÁRVORES ISOLADAS NATIVAS VIVAS

Conceito:

IV – árvores isoladas nativas: aquelas situadas em área antropizada, que apresentam mais de 2 m (dois metros) de altura e diâmetro do caule à altura do peito – DAP maior ou igual a 5,0 cm (cinco centímetros), cujas copas ou partes aéreas não estejam em contato entre si ou, quando agrupadas, suas copas superpostas ou contíguas não ultrapassem 0,2 hectare.

- ☐ Autorização mais comum no Estado hoje (cerca de 70%)
- ☐ Pode ser emitida de forma simplificada. No âmbito Estadual, não realizamos análise jurídica, ou de regularidade de Reserva Legal o que simplifica a documentação a ser apresentada (art. 3º, §3º, Decreto 47.749/19)

VI – CORTE OU APROVEITAMENTO DE ÁRVORES ISOLADAS NATIVAS VIVAS





Seção V – Decreto nº 47.749/2019

Do corte e supressão de espécies ameaçadas de extinção

Esta Seção do Decreto substituiu a Deliberação Normativa Copam nº 114, revogada em dezembro de 2019

Crítérios

- risco iminente de degradação ambiental, especialmente da flora e da fauna, bem como da integridade física de pessoas;
- obras de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia;
- quando a supressão for comprovadamente essencial para a viabilidade do empreendimento.

Estudo necessário

- laudo técnico, assinado por profissional habilitado, que ateste a inexistência de alternativa técnica e locacional, bem como que os impactos do corte ou supressão não agravarão o risco à conservação in situ da espécie

Vedação

- nos casos em que a intervenção puser em risco a conservação in situ de espécies da flora ou fauna ameaçadas de extinção, especialmente nos casos de corte ou supressão de espécie ameaçada de extinção de ocorrência restrita à área de abrangência direta do empreendimento

Condicionante

- adoção de medidas mitigadoras e compensatórias

SUPRESSÃO DE ESPÉCIES PROTEGIDAS POR LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Legislação de Referência

- Lei Federal nº 6.607/78 (pau-brasil)
- Lei Estadual nº 13.635/00 (buriti)
- Lei Estadual nº 9.743/88 (ipê-amarelo)
- Decreto Estadual nº 43.904/04
(faveiro de Wilson)
- Instrução Normativa IBAMA nº 191/08 (licuri)
- Lei Estadual nº 10.883/92 (pequizeiro)
- Decreto Estadual nº 46.602/14 (pinheiro)
- Portaria MMA nº 443/14 (espécies ameaçadas)



FONTE:sementesdeminas.com

SUPRESSÃO DE ESPÉCIES PROTEGIDAS – Pequi e Ipê Amarelo

Legislação de Referência

- Lei Estadual nº 9.743/88
- Lei Estadual nº 10.883/92
- Lei Estadual nº 20.308/12



FONTE:globaltree.com



FONTE:correiodoestado.com.br

Declarados de interesse comum, de preservação permanente e imunes de corte.

No caso do ipê, especificamente, as espécies dos gêneros "Tabebuia" e "Tecoma", popularmente conhecidas como ipê-amarelo e pau-d'arco-amarelo

SUPRESSÃO DE ESPÉCIES PROTEGIDAS – Pequi e Ipê Amarelo

- ✓ Admitida com prévia autorização do órgão ambiental estadual competente nos casos de:
 - utilidade pública ou interesse social;
 - em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril;

- ✓ Admitida com prévia autorização do órgão ambiental municipal competente no caso de:
 - área urbana ou distrito industrial legalmente constituído



FONTE:milkpoint.com

FONTE:guiaecologico.wordpress.com

✓ Autorização simplificada

- Limite de até 15 árvores/ha;
- Não se tratem de espécies ameaçadas de extinção ou protegidas por legislação específica;
- Estejam localizadas fora de APP e Reserva Legal;
- Assinatura de termo de responsabilidade.

VII – APROVEITAMENTO DE MATERIAL LENHOSO

☐ Finalidade de garantir origem do produto florestal

I – destinação de material lenhoso fora do prazo de validade da intervenção ambiental a que esteve relacionado;

II – retirada e transporte de material lenhoso em áreas impactadas por acidentes naturais ou não-naturais;

III – retirada e transporte de material lenhoso resultante de intervenção ambiental realizada por terceiro em área de servidão;

IV – transporte de material lenhoso resultante de aproveitamento de árvores mortas em decorrência de processos naturais.



Gratidão!

Júlia Maria Teixeira

Coordenadora NUREG

Telefone: (37) 3229-2810

E-mail: julia.teixeira@meioambiente.mg.gov.br